



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Salas 101 e 102

Centro, Varginha – MG CEP 37002-070

Fone: (35) 3690-2211

Website: www.conselhodesaudevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 15/06/2021

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha (CMSV/MG), de nº 391, realizada por videoconferência no aplicativo “Google Meet”, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do CMSV no “Youtube” (<https://www.youtube.com/watch?v=B7m-TbEi8-l>). Reunião realizada no dia 15 de junho de 2021, com início às 18h35. **Conselheiros presentes/segmentos na saúde:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Aline Ribeiro Soares Rodrigues (Gestores), Armando Fortunato Filho (Gestores), Brígida de Fátima Gomes (Gestores), Carlos Roberto Braz Junior (Prestadores de Serviços), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior (Trabalhadores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luciana Fernandes Ramos (Usuários), Rodolfo de Oliveira Raimundo (Trabalhadores), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Gestores) e Zelma Romaniello Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** Pâmela Pereira Cândido (Gestores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários) e Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários). **Convidados:** Anderson José, Lourdes Machado e Marta Elizabete. **Registra-se as presenças de:** Agnah Grandi, Ana Paula Diniz, Andreia Santos Trabaços, Augusto Raimundo, Dayana Rocha, Elielso Sousa, Filippe Mello Lopes, Iago Chaves, Jackeline França, Jacqueline de Souza Moreira, Lilian Silva, Lucimara Silva, Luiz Carlos Coelho, Maria Cristina da Silva Pereira, Maria Elizabete, Marianela Fortunato, Michel Goulart, Miguel José de Lima, Nadia S. L. Xavier, Naluh Furtado, Paola Aparecida Cachero Lino, Paulo Henrique Mendes, Poliana Augusta Prandini de Assis, Rinaldo Conde, Roberta Carvalho, Roberta Ecleide, Sandra Bueno, Sheldon Borges, Terezinha Cristina Pereira, Valquiria Mendes e Yara Dias. **Inaugurados os trabalhos,** primeiramente, o presidente Claudio Miranda dá as boas-vindas a todos e **inicia com os informes:** Ata proclamada, nos termos da Deliberação CMSV 003/2020; Cláudio informa da sua participação na Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Urgência e Emergência da Região Ampliada Sul (RUE), referente ao fluxo de acolhimento da demanda espontânea e referenciada por parte do Hospital Regional do Sul de Minas (HRSM), que é pactuada junto ao Estado, referente à AVC (acidente vascular cerebral) e cardiovascular, que até então é acolhida pela UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Ficou definido que o HRSM vai acolher a demanda urgenciada – via SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Corpo de Bombeiros Militar, que, finalmente, vai ser acolhida, ficando pendente apenas a demanda espontânea, que ficará vinculada à queda dos casos de Covid-19. Cláudio comenta também a participação no Gabinete Especial de Enfretamento de Crise. Diz que se mantiveram os embates setoriais e que as medidas tomadas foram aquelas que foram aceitas, ainda que brandas. Cláudio comenta sobre o Plano Municipal de Saúde (PMS), que haverá uma reunião em breve, na qual Paulo, Célio, Thaís e o próprio, poderão representar o Conselho junto ao Conselho Estadual de Saúde (CES/MG), que entre outros assuntos, abordarão o PMS. Cláudio lembra da necessidade de encaminhamento do PMS com um mês de antecedência, sob pena de rejeição, conforme Resolução CMSV 005/2021, e o Conselho precisa participar da elaboração do mesmo, para que haja uma construção coletiva, sendo que há restrição, pelos meios online, para a realização de uma plenária para homologar o Plano Municipal de Saúde, conforme informado pela CES/MG e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB), por isso é tão necessário o envio prévio. Cláudio informa que o RDOA (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior) do primeiro quadrimestre de 2021, foi recebido e

encaminhado aos conselheiros para análise, contudo há questionamentos sobre o mesmo - razão de não ter sido ainda pautado. Devendo-se encaminhar por escrito os questionamentos. Lembrando que o RDQA encaminhado foi apenas o financeiro, e não qualitativo que verifica as metas da Programação Anual de Saúde, conforme determina a Resolução CNS nº 459/2012. Após, Cláudio informa das mudanças na gestão, na qual, Armando Fortunado Filho assumiu como secretário de saúde. Cláudio pede que o mesmo se apresente. Este lembrou que participou de conferências e ajudou a construir o Conselho nos primórdios e que pretende colaborar com a melhora do colegiado e pede paciência para se inteirar da administração; comenta que o médico infectologista Luiz Carlos Coelho passou a superintendente geral da Covid-19 e comenta que a SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde) está aberta a todos e que focará na Atenção Primária. O conselheiro Vinício pede a palavra. Saúda o novo secretário e pontua que a Saúde Mental é essencial – tema da ordem do dia. E fala da importância da construção do novo Plano Municipal de Saúde, inclusive com consultas públicas, para possibilitar a participação social. Após, Cláudio passa à palavra ao coordenador da CISTT (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), Célio Ferreira. Ele frisa a importância do encaminhamento do Plano Municipal de Saúde; comenta da CISTT, que as reuniões são as segundas segunda-feira do mês. Menciona que o Plano Anual de Trabalho foi revisto; que a Comissão Especial Covid-19 manterá seus trabalhos com apoio da referência em Saúde do Trabalhador e que essa reunião deve ser com o setor bancário. Menciona o processo referente ao pleito do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), que foi pautado ontem e que a resposta deverá ser encaminhada para ao pleno do CMSV. Armando Fortunato comenta que há 20 anos implantaram um ambulatório de Saúde do Trabalhador e que, três anos depois, se desarticulou; que é interesse da gestão esse assunto. Cláudio faz a inversão de pauta e traz à ordem do dia para a **Convocação de Reunião Extraordinária. Objetivo: discussão dos nós críticos do acolhimento na Atenção Primária.** Diz que é cansativo fazer reuniões, mas é necessário, mas que essa reunião será para escutar. E a partir daí a discussão será feita em busca de soluções. Miguel pontua que assumiu a gerência da Atenção Primária e que está a disposição para resolver a apresentação. Após, foi retomada a ordem, conforme convocação. **Apresentação do serviço de Saúde Mental, pelo coordenador Anderson José.** Ele lembrou que esteve no Conselho há dois anos, logo que assumiu a coordenação. Logo após, rememora a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), inclusive com alguns instrumentos que não são apoiados pela equipe local. Comenta que houve alterações que permitem o retorno de hospitais psiquiátricos. Observa que são 3 CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) no município: adulto, infantil e AD (álcool e drogas); menciona que a maioria dos quadros de pessoal são concursados e que o município tem essa vantagem; que a administração e o serviços são plenamente públicos. Diz que existe o ambulatório, que atua nos quatro quadrantes e que a demanda passa por matriciamento. Menciona que há os seis leitos em Três Pontas que acolhem a demanda local de Saúde Mental. Fala que os CAPS têm supervisores clínicos. Informa que tem feito interlocução com a Atenção Primária. Diz também que havia fila nos NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família), e que, após sua desarticulação, o serviço foi reorganizado e até agosto deve ficar livre de fila, que não deverá demorar mais que uma semana para haver o acolhimento, inclusive, com o apoio de estagiários e menciona que onde não tem escuta, medica-se. Observa que agora existe o atendimento individual, além dos coletivos - que eram feitos nos NASF. Atualmente há oito psicólogos (dois por quadrante). Assim, um psicólogo atende de 4 a 5 unidades de saúde. Houve dúvidas em relação à extensão das unidades de saúde em Varginha. Anderson prossegue e informa que há uma assistente social e uma psiquiatra, ainda que haja busca ativa, mas, às vezes, não há aderência por parte dos usuários. Hudson esclarece pelo chat como a Atenção Primária está organizada hoje: 23 unidades PSF (Posto de Saúde da Família): PSF Corcetti, PSF Bom Pastor, PSF Jardim Áurea, PSF Vila Mendes, PSF Mont Serrat, PSF Girassol, PSF Pinheiros, PSF Novo Tempo, PSF Harmonia, PSF Vargem, PSF Sagrado Coração, PSF Damasco, PSF Santa Mônica, PSF Alto do Sion, PSF Florescer, PSF Centenário, PSF Padre Vitor, PSF Fátima, PSF Nossa Senhora de Fátima, PSF Pro Saúde, PSF Imaculada, PSF CAIC I e PSF Rio Verde; e, quatro unidades totalmente tradicionais: UBS (Unidade Básica de Saúde) Farmacêutica Regina Gomes Nunes da Silva (CAIC II), UBS Dr. Vivaldo Garcia, UBS

Santana e UBS Dr. José Conde. Uma Unidade mista que é a UBS Dr. José Marcos Xavier (Bom Pastor). E faz a observação, ainda pelo chat - *"só gostaria de salientar esta observação. Com nome "policlínica" só temos a "Lea Ferreira Teixeira" que é a Central"*. Anderson prossegue da mesma forma. Pretende-se buscar acolher demanda infanto juvenil na Atenção Primária e que está havendo capacitação para esse tipo de acolhimento. Menciona o convênio com Três Pontas, para o acolhimento dessa demanda que, em 2019, houve a habilitação para a microrregião de Varginha, sendo que Três Pontas teve habilitado esses leitos; que o usuário vai via CAPS, que faz a regulação dos usuários encaminhados, mesmo os que foram acolhidos pela UPA. Até o 7º dia de internação, são 300 reais pagos por dia e daí há queda do financiamento, e isso ocorre, porque a política busca internações de curta permanência. Menciona que há um carro e um motorista para cada CAPS. Atualmente há estagiários remunerados para suporte da equipe. Diz que houve reposição de equipe e trabalha com as equipes mínimas determinadas pelas regulamentações. A intenção é trazer um CAPS III ou Ad III ao município; existe essa pretensão, mas que a Lei Complementar nº 173 veta a contratação, mas que se busca isso para o próximo ano. Há um sonho para a construção de sedes dos CAPS em um futuro. Armando comenta do trabalho feito com a Abraço (Associação Brasileira Comunitária Para Prevenção do Abuso de Drogas). Cláudio agradece e percebe a evolução do processo da reposição das equipes. Anderson pontua que os psicólogos que eram do NASF foram para a Saúde Mental e que, a partir daí, com a pandemia, foram feitos os atendimentos individuais, mas que ainda há atendimentos coletivos. Com a contratação de profissionais foi possível melhorar o acolhimento. Valdene pede para trazer à ordem a **articulação e proposta de criação da Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM), com roda de conversa - coordenada por Valdene Amâncio, Lourdes Machado e Marta Elizabete**, devido às convidadas terem tempo. Fala das lutas da reforma psiquiátrica. Destaca o empenho do Conselho Municipal de Saúde nessa matéria. Menciona os riscos nacionais para a Saúde Mental e os riscos das Organizações Sociais (OS), como a precariedade, e que esse problema já existe no âmbito da assistência social local - caso da residência inclusiva onde trabalhou. Valdene, antes de passar à palavra às convidadas, diz que ainda há internações em São Sebastião do Paraíso, a 400 km de distância e que não há reflexo clínico em melhora em Três Pontas. Após, Lourdes se apresenta; menciona que está na mesa do CES/MG (Conselho Estadual de Saúde) e sua implicação na luta antimanicomial. Lourdes, fala, primeiramente, sobre as conferências em relação ao Plano Municipal de Saúde e que existe um choque entre o risco de aglomeração versus a participação de usuários; que não é garantida de forma online, devido a ampla desigualdade social. E que a orientação é que os municípios usem os relatórios das últimas conferências como base para o Plano Municipal de Saúde, mesmo que conflite com a orientação do Conselho Nacional de Saúde. Afirma que nunca foi tão importante discutir a Saúde Mental e que este é o momento mais difícil para o SUS (Sistema Único de Saúde), bem como salienta como a Emenda Constitucional 95 dificulta o custeio do Sistema de Saúde. Elogia a fala de Anderson sobre o serviço. Informa que há uma tentativa por parte do Estado para privatizar os hospitais, passando a gestão para OS. Isso porque afasta a gestão da avaliação pelo Tribunal de Contas. Menciona a existência da cartilha da CES, contra a portaria que alterou a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), e pontua que a discussão foi feita de forma democrática, de forma diversa do Ministério da Saúde; de forma autocrática e ouvindo apenas uma categoria profissional. Menciona que partiu da Comissão da Reforma Psiquiátrica do CES defender a instituição das comissões municipais de Saúde Mental. Explica que a comissão é coordenada por conselheiro, que não é obrigatória a participação. Diz que a comissão estadual está fazendo o registro das comissões municipais como a de Alfenas, presente na reunião pelo coordenador Iago; lembra que a privatização precariza o serviço público, inclusive, com a existência de violações de direitos humanos. Após, inicia-se a fala de Marta. Ela fala das grandes disputas que existem dentro e na estrutura do SUS. Elogia a fala do secretário Armando Fortunato - que está indo ao território fazer visitas. Critica a PNAB (Política Nacional de Atenção Básica) e RAPS que foram alteradas, que enfraquecem a Atenção Primária e o tratamento aberto. Critica as comunidades terapêuticas que violam as premissas sanitárias, inclusive com um tratamento asilar e religioso. Marta pontua que leitos em hospital geral não é um manejo simples, mas é uma

construção e que o SUS é um ano borromeano entre trabalhadores, usuários e a gestão; que mexe e se altera. Saliencia a importância da escuta e que o trabalho é artesanal; que a Comissão de Reforma Psiquiátrica foi uma das primeiras a serem instituídas pelo Conselho Nacional de Saúde; que é necessário se opor às OS, pelos gastos elevados, sem contrapartida, com custos maiores ao serviço público. Diz que o SUS é patrimônio do povo. Cláudio pontua a importância de se enfrentar as OS, porque o custo não é adequado, inclusive com discussões se essa mão de obra é incluída ou não na Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos de teto de contratação autorizada, além da precarização do vínculo com o usuário e dos trabalhadores. E que unidades dos CT (Centros de Captação Tecnológicas) não são serviços públicos, porque são asilares e não resolvem o problema do sujeito no meio social, além de ser baseadas em fé - o que conflita com a lógica da laicidade do Estado; quem quiser pode ir, mas não enquanto política pública. E é uma gestão de indesejáveis. Marta diz que há necessidade de se pensar em serviços. Cláudio observa que é necessário pensar em como agir, com a indução financeira das políticas públicas, que é uma dificuldade para os gestores; como financiar sem conflitar com a demanda do Ministério da Saúde e aquilo que é de fato melhor para o usuário. O conselheiro Carlos fala como a Atenção Primária deve ter uma orientação poliarquica e não hierárquica. Como é importante o estabelecimento de vínculo. Menciona sua experiência no Rio de Janeiro, sobre como as OS entravam e saíam sem pagar os direitos trabalhistas e como isso dificulta a prestação do serviço e piora sua qualidade. Carlos menciona a experiência da zona rural de Varginha e vê como os usuários, naquele território, não ficam descompassados; mas que é necessário acompanhamento. Valdene pontua que matriciamento funciona quando se tem médicos orientados pela Saúde da Família, como no caso de Carlos. **Assim, após essas conversas, o Conselho, por consenso, institui a Comissão Intersectorial de Saúde Mental.** Cláudio nomeia Valdene para coordenar a comissão, com auxílio de Célio, para a busca dos atores. Lurdes sugere que se siga o nome de Reforma Psiquiátrica, pela premissa em defesa da mesma como lógica orientadora da política, o que é seguida por todos. Assim, a Comissão **é designada como Comissão Intersectorial da Reforma Psiquiátrica.** Cláudio agradece a Anderson e que diz que ele sempre foi proativo, inclusive no rompimento de um convênio com uma comunidade terapêutica, e que conseguiu romper com um vazio assistencial no âmbito da Saúde Mental na Atenção Primária, inclusive, contratando pessoal - o que não é uma tarefa nada fácil na administração municipal; que é um grande mérito e que precisa ser reconhecido. Cláudio agradece a fala de Lurdes como membro do Conselho Estadual de Saúde. Lurdes agradece a condução e agradece a fala do Carlos, porque pontua a importância de ver experiências e não apenas uma contradição ao que tem sido proposto pelo Ministério da Saúde. E agradece a condução democrática do presidente. Marta agradece e ressalta a fala de Carlos sobre a vivência em OS. Valdene, Lurdes e Marta mencionam a qualidade de Carlos e Cláudio. Pontua-se a experiência do Rio de Janeiro como erro. Valdene ressalta o trabalho de Elielso Sousa, que trabalha no Rio de Janeiro, e este menciona os riscos das OS, pelos vínculos precários e pela troca de favor político na contratação de pessoal, além dos custos serem mais elevados. Inclusive, facilitando o desmonte. Valdene pede aos supervisores dos três CAPS para se apresentarem e são eles: Filipe Mello Lopes, Rinaldo Conde e Roberta Ecleide. A reunião foi encerrada às 21h33. O presidente Cláudio agradece a participação de todos e, na função, *pro tempore, ad hoc*, de secretário, lavrou esta ata, que será assinada por todos, após lida e aprovada.